

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA Com Eduarda Esposito e Renato Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Moderação na rede

Preocupada com o anúncio de que a Meta irá suspender os serviços de checagem e a proteção a minorias nas plataformas digitais, a Advocacia-Geral da União promove hoje uma audiência pública sobre moderação nas redes sociais. Além de representantes das big techs, participam organizações da sociedade civil e especialistas.

Contra a desinformação

Segundo informa a AGU, “o objetivo do debate é analisar os impactos das mudanças no enfrentamento à desinformação e na promoção e proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal”.

Audiência ambiental

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para 13 de março uma audiência de conciliação entre União e estados sobre os combates a queimadas na Amazônia e no Pantanal. O magistrado é o relator de uma ação que apontou omissões do Executivo na preservação desses biomas.

Tem que ser federal

No despacho, Dino acolheu pedido para destacar que os estados e municípios devem utilizar o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) para registrar autorizações de supressão de vegetação. Segundo relatou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), diversos estados e municípios emitiram autorizações para redução de cobertura vegetal.

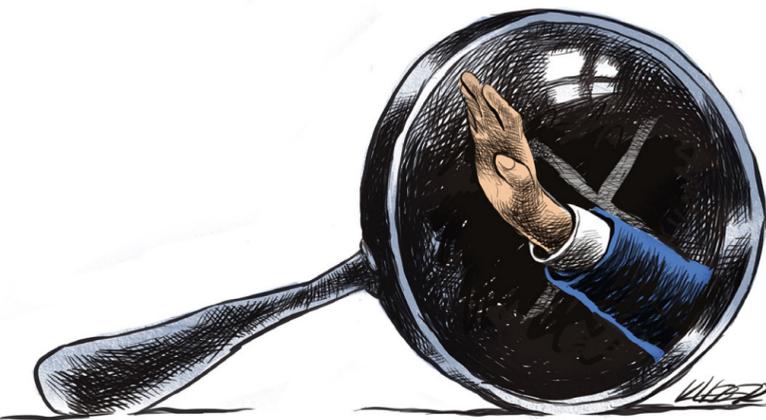
Big techs escolheram Trump. E no Brasil...

A saudação de Elon Musk — para muitos, um gesto nazista — a uma multidão de apoiadores do presidente Donald Trump no dia da posse do republicano é um ato que resume o poder das corporações, particularmente das big techs, no governo do republicano. A presença dos principais executivos dos gigantes da tecnologia na posse do novo líder dos Estados Unidos mostra como a política ficou perigosamente associada ao território livre das redes sociais, com efeitos em escala global.

Afora o fato de que Musk é integrante do governo Trump, a proximidade dos conglomerados tecnológicos com um líder que pretende inaugurar a “era de ouro” de uma superpotência política e econômica

joga mais receio e incerteza no poder das redes digitais. Não é de hoje que elas se tornaram instrumento político, e tudo indica que elas continuarão a ser cada vez mais utilizadas nesse sentido.

A supremacia das big techs na conjuntura trumpista impõe mais desafios ao anseio de se regulamentar as redes sociais. No Brasil, a iniciativa naufragou no Congresso Nacional, e o governo Lula tem sentido na pele os efeitos da realidade digital — lembremos do tsunami provocado pela portaria do Pix. As big techs caminham para se tornarem partidos políticos — com a diferença de que não precisam disputar eleições para influenciar os rumos de uma nação.



Vem de longe

A ação relatada pelo ministro foi apresentada ainda durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi acusado de desmontar políticas ambientais, sucateando órgãos de fiscalização e editando normas que favoreceriam o desmatamento no país, assim como a exploração em locais de proteção, como áreas de preservação permanente e regiões ocupadas por povos indígenas.

Marina lamenta

Enquanto o presidente Lula quer evitar briga com o governo Trump, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixou claro o descontentamento com as primeiras medidas anunciadas pelo presidente dos EUA. “Seus primeiros anúncios vão na contramão da defesa da transição energética, do combate às mudanças climáticas e da valorização de fontes renováveis na produção de energia”, escreveu Marina.

Tempos difíceis

Para a titular da pasta, os tempos serão “desafiadores”. “Restará enfrentá-los com informação, compromisso com a vida e capacidade de negociação política”.

Missão ambiental

A emergência climática também é uma preocupação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso. Em Davos, na Suíça, onde participa do Fórum Econômico Mundial, ele destacou a importância das iniciativas em favor do meio ambiente e alertou para o risco do negacionismo climático.

Brasil seguro

Hoje, o magistrado fará um panorama sobre segurança jurídica no Brasil, tema que é preocupação recorrente de investidores. Também deve tratar de segurança digital.

INVESTIGAÇÃO

PF apura esquema eleitoral com SUS

Suspeitos barganhavam apoio político em troca de acesso a atendimento. Agentes atuaram em Brasília e Queimados (RJ)

» ALINE GOUVEIA

VideoFilmes



Doi-Codi deve ser tombado

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou, ontem, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) priorize o tombamento do prédio onde funcionou o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) na Tijuca, no Rio de Janeiro. De acordo com MPF, o processo tramita há mais de 10 anos no instituto, desde 2013. O DOI-Codi carioca funcionou onde está atualmente o 1º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro. O local foi espaço de tortura e morte de dezenas de presos políticos, entre eles o engenheiro e ex-deputado federal Rubens Paiva, cuja história foi retratada no filme *Ainda estou aqui* (foto).

Segundo a Polícia Federal, os investigados poderão responder pelos crimes de organização criminosa, inserção de dados falsos em sistema de informação e corrupção eleitoral.

O Correio tentou contato com a Câmara Municipal e a prefeitura de Queimados, mas não obteve retorno.

À época das supostas irregularidades, a administração da cidade era feita pelo atual prefeito, Glauco Kaizer, reeleito em 2024.

A cerca de 50 quilômetros do

centro da cidade do Rio de Janeiro, Queimados tem cerca de 149 mil moradores, de acordo com a projeção de 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Produto Interno Bruto per capita no município (total das riquezas dividida pelo número de habitantes) era de R\$ 28,6 mil em 2021 (dado mais recente disponível pelo IBGE). Para efeito de comparação, a média do Brasil chegava a R\$ 42,9 mil. (Com Agência Brasil)

Informe Publicitário

CIEE
INFORMA

Brasília

ANO IV nº 700

A conquista da vaga na universidade: Como fazer a escolha certa da profissão do futuro

O início de ano traz inúmeras dúvidas sobre como conquistar a vaga na universidade e qual caminho profissional seguir

O Censo Escolar do MEC de 2023, última edição publicada, registrou que o Brasil possui mais de 2,5 mil universidades de ensino superior, dentre privadas e públicas; e escolher entre uma infinidade de cursos dentre elas não é uma tarefa fácil. É preciso se atentar a fatores como: aptidão para qual área do conhecimento, qual a expectativa sobre a profissão desejada, bem como a localização e tipo de universidade que prefere cursar.

Mesmo após a matrícula, ainda podem surgir dúvidas sobre a escolha correta, e o estágio é uma alternativa para os que buscam entender como atuar em cada profissão no dia a dia, fora da sala de aula. Além de um primeiro passo dentro do mundo do trabalho, o estágio ensina ao aluno como atuar como um profissional, como se comportar no ambiente de trabalho e lidar com os desafios do cotidiano - tudo isso com suporte de um profissional mais experiente.

Para atuar como um estagiário de nível superior é necessário estar matriculado e cursando uma instituição de ensino. O portal CIEE oferece uma vitrine de vagas onde é possível filtrar a vaga que se encaixa melhor em cada perfil. No início de ano, o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, está com 76,2 vagas abertas de estágio em todo o Brasil e os cursos com mais vagas são Administração, Direito, Marketing, Contabilidade, Comunicação, Construção Civil, Tecnologia e área da Saúde.

Para acessar a vitrine completa de vagas do CIEE acesse abaixo:



<https://portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga/>

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE IMPARÁVEL